



PREFEITURA DE JOINVILLE

**Fundação Instituto de Pesquisa e
Planejamento para o Desenvolvimento
Sustentável de Joinville**



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE

GT1 – Câmara Comunitária de Promoção Econômica do Conselho da Cidade

**ATA DA REUNIÃO Nº 17
DA CÂMARA COMUNITÁRIA DE PROMOÇÃO ECONÔMICA
DO CONSELHO DA CIDADE
- ORDINÁRIA -
8 de fevereiro de 2011**

1 No oitavo dia do mês de fevereiro de dois mil e onze, terça-feira, às dezessete horas, na sala
2 Henrique Loyola da Associação Empresarial de Joinville, ACIJ, à Avenida Aluísio Pires Condeixa, nº
3 2.550, Bairro Saguazu, em Joinville, Santa Catarina, realizou-se a reunião número dezessete da
4 Câmara Comunitária de Promoção Econômica do Conselho Municipal de Desenvolvimento
5 Sustentável da Cidade de Joinville, Conselho da Cidade, em caráter ordinário, conforme convocação
6 do Presidente Luiz Alberto de Souza e da coordenadora Rocheli Grendene, para tratar da seguinte
7 ordem do dia: a) Leitura do edital de convocação; b) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
8 c) Continuação da discussão sobre Outorga Onerosa do Direito de Construir; d) Aprovação do
9 calendário de reuniões para 2011; e) Assuntos gerais. Na ausência da coordenadora Rocheli
10 Grendene, os conselheiros elegeram Mário Cezar Aguiar como coordenador interino para conduzir
11 os trabalhos desta reunião. Lido o edital de convocação e tendo sido dispensada a leitura da ata da
12 reunião anterior, esta foi aprovada e assinada pelos conselheiros presentes. Em seguida os
13 conselheiros passaram à discussão da pauta Outorga Onerosa do Direito de Construir. O conselheiro
14 Charles Narloch explicou que foram realizadas algumas reuniões entre o Ippuj e a Fundação Cultural
15 para resolver questões relacionadas ao Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville, e disse que
16 nos próximos dias haverá nova reunião para “afinar” as duas leis, e assim poderá haver alguma
17 alteração no projeto de lei da Outorga Onerosa. O conselheiro Mário Cezar Aguiar disse que na
18 reunião anterior a Câmara posicionou-se a respeito, sendo sua opinião que essa lei não trará
19 benefício para Joinville, pois é destinada somente para a Zona Central Tradicional, ZCT e Zona
20 Central Expandida, ZCE, e não aumenta o potencial construtivo, somente o gabarito. O conselheiro
21 Raulino João Schmitz perguntou sobre quem terá benefício com a Outorga Onerosa, Mário Aguiar
22 disse que quem ganha com a Outorga Onerosa são as empresas de fora de Joinville, que desejam
23 se instalar aqui, e empresas grandes que não querem construir prédios de doze pavimentos, mas
24 sim de vinte a trinta andares. Charles Narloch comentou que essa questão foi abordada na discussão
25 do Plano Diretor, e como é um instrumento de benefício para a cidade, e outras cidades já a
26 adotaram, em sua opinião isso não é fruto de especulação imobiliária. Disse que no caso de Joinville
27 o pedido de regulamentação da Outorga Onerosa também partiu da Fundação Cultural, pois para
28 regularizar a Lei do IPCJ, a Outorga Onerosa tem que ser regulamentada. Raulino falou que é
29 correto pagar para quem tem o direito de construir e não pode, mas não é certo pagar só por pagar,
30 como aos proprietários de imóveis tombados ou no entorno. Mário Aguiar disse que o Plano Diretor
31 incentiva o adensamento da região central, mas essa já tem um potencial construtivo que não foi
32 explorado ainda. A conselheira Maria Ivonete Peixer da Silva afirmou que a Outorga Onerosa está
33 sendo discutida agora mais para auxiliar na regulamentação da Lei do IPCJ, e que poderá ser
34 aperfeiçoada depois que sair a nova Lei de Ordenamento Territorial, que é fundamental para
35 Joinville; informou também que o IPPUJ está disponibilizando um funcionário para auxiliar a Câmara
36 de Vereadores e acompanhar o processo. Mário Aguiar disse que seria importante ter um técnico do
37 Ippuj para auxiliar nas discussões, tirando as dúvidas, pois esse é um tema extremamente
38 importante e fundamental para a cidade, e os conselheiros não são técnicos. Maria Ivonete comentou
39 que há planos que se sobrepõem, e para poder discutir a Lei de Ordenamento é preciso considerar o
40 mapa de inundação, que está no Plano de Macrodrenagem, por exemplo, bem como os
41 mapeamentos constantes no Plano de Habitação. O conselheiro Clailton Breis comentou que, com a
42 Outorga Onerosa pode ajudar no controle para evitar um crescimento desordenado, e que o
43 adensamento da área central objetiva também uma maior circulação de pessoas. Frisou que o Ippuj
44 quer o desenvolvimento de Joinville, mas com planejamento. Maria Ivonete disse que, no seu
45 entendimento, a aprovação da Outorga Onerosa, nesse momento, não preocupa tanto, e sua
46 aprovação é necessária para ajudar na Lei do IPCJ. Mário Aguiar falou sobre os itens discutidos na
47 última reunião, e que na questão da área permeável, sobre o incentivo financeiro, o inciso sétimo da
48 lei fala que “Caso a fiscalização municipal constate, a qualquer momento, o não cumprimento do



49 inciso V, o beneficiário da outorga ficará obrigado ao pagamento do valor integral devido da
50 contrapartida”. Aguiar disse que, no caso de que o beneficiário tenha vendido o empreendimento, e o
51 novo dono tenha impermeabilizado, quem deverá pagar é quem impermeabilizou o solo, e portanto a
52 redação deve ser alterada. Com relação ao CUB, é importante identificar que é o CUB médio que
53 deverá ser utilizado. Quanto ao artigo sétimo, que diz que “os recursos auferidos com a Outorga
54 Onerosa do Direito de Construir deverão ser aplicados em: I – regularização fundiária; II – execução
55 de programas e projetos habitacionais de interesse social”, sugeriu que se altere o texto para “de
56 interesse público.” Ressaltou que é importante que o recurso seja aplicado na zona em que está
57 sendo cobrada a Outorga Onerosa, e não em outras regiões. O conselheiro Gean Marcos Dombroski
58 Corrêa comentou que não é vantajoso destinar os recursos para a Regularização Fundiária, e sim
59 para a Habitação de Interesse Social, pois não é correto beneficiar quem construiu irregularmente. O
60 conselheiro José Laércio Escodel comentou que Curitiba já utiliza a Outorga Onerosa desde mil
61 novecentos e noventa e dois, e que primeiro os recursos eram utilizados com o Patrimônio, depois
62 nas áreas de parques e agora na construção. Mário Aguiar disse que seria importante solicitar que
63 nas reuniões sobre a Lei de Ordenamento Territorial a Câmara seja orientada por um técnico do
64 Ippuj. Maria Ivonete sugeriu que se faça reuniões conjuntas com outras Câmaras, e que a Câmara
65 deveria solicitar ao Ippuj um cronograma. Mário Aguiar solicitou que os conselheiros fizessem mais
66 sugestões, e Escodel falou que é necessário que se faça um estudo da Bacia do Rio Itapocú. Maria
67 Ivonete relatou que a Prefeitura fez um Plano de Macrodrenagem e que gostaria de vê-lo respeitado
68 na nova Lei de Ordenamento Territorial, considerando as áreas de inundação e a questão ambiental,
69 cujo zoneamento a Fundema está fazendo. Mário Aguiar comentou que uma das coisas boas na
70 cidade é a Cota Quarenta, que deve ser preservada e precisa ser bem definida, pois precisamos
71 preservar os morros. Disse ainda que as pessoas reclamam do Poder Público, mas há muito lixo nos
72 rios, e a população deveria ter mais educação, pois “ao jogar sofá no rio e lixo na rua” ajudam a
73 causar enchentes. Charles Narloch disse não saber se na nova Lei de Ordenamento Territorial será
74 discutido o impacto econômico gerado com a implantação de hipermercados, e perguntou se
75 continuarão liberando a construção de hipermercados em qualquer região. Mário Aguiar comentou
76 sobre a reunião conjunta que acontecerá em fevereiro ainda sobre a Lei de Ordenamento Territorial,
77 reforçou que a reunião é para todos os conselheiros, titulares e suplentes, e solicitou a presença de
78 todos. A conselheira Viviane Schumacher Bail pediu para incluir na pauta da próxima reunião uma
79 apresentação sobre o Centro Público do Trabalhador - Cepat. Na sequência, os conselheiros
80 aprovaram o calendário de reuniões para este ano. Em assuntos gerais a conselheira Viviane falou
81 sobre o Cepat, e comentou que estão juntando os serviços da Prefeitura que trabalham com
82 qualificação e implementação de mão de obra, e informou que a Cepat será instalada no prédio onde
83 funcionava a Utesc, na Rua do Príncipe. Disse que Joinville, por ter mais de quinhentos mil
84 habitantes, comporta dois Sine, um estadual e outro municipal, em parceria com o Governo Federal.
85 Mário Aguiar perguntou quantas famílias recebem o Bolsa Família, e Viviane respondeu que são
86 cerca de cinco mil famílias. Mário disse achar errado dar esse benefício sem um controle de início e
87 término, e sugeriu que, como há falta de mão de obra qualificada, quem recebe esse benefício
88 deveria ter que se qualificar profissionalmente através de cursos profissionalizantes. Sem mais a
89 tratar, às dezoito horas e trinta minutos foi data por encerrada a reunião. Fica registrada a justificativa
90 de ausência das conselheiras Rocheli Grendene e Juliana Corrêa Godoy. Eu, Patrícia Rathunde
91 Santos, Secretária Executiva do Conselho da Cidade, lavrei a presente ata com base nas
92 informações da relatora Dulcinéia Maria da Silva. A ata vai assinada pelo coordenador interino, por
93 mim e pelos conselheiros presentes. Joinville, oito de fevereiro de dois mil e onze.

Mário Cezar Aguiar
Coordenador Interino da Câmara Comunitária
de Promoção Econômica do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos
Secretária Executiva do Conselho da Cidade



Assinatura dos conselheiros presentes

PODER PÚBLICO		SOCIEDADE CIVIL	
TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
_____ Maria Ivonete Peixer da Silva	_____ Clailton Dionísio Breis	_____ Mário Cezar Aguiar	_____ José Roberto Pereira
		I - Entidades Empresariais	
_____ Charles Narloch	_____ ausente Fábio Vieira de Oliveira	_____ ausente Marcos Boettcher	VAGO
		II - Entidades de trabalhadores	
_____ Raulino João Schmitz	_____ ausente Juliana Filipe	_____ Raul Landmann	VAGO
		III - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa	
_____ Alsione Gomes de Oliveira Filho	_____ ausente Alberto Jorge Francisco	_____ Gean Marcos Dombroski Corrêa	_____ ausente Juliana Corrêa Godoy
		IV - Organizações não Governamentais (ONG's)	
_____ ausente Rocheli Grendene	_____ Viviane Schumacher Bail	_____ José Laércio Escodel	_____ ausente Aime Maria Czarnobay
		V - Movimentos Sociais	

Joinville, 8 de fevereiro de 2011

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.